

GT 01 - DIVERSIDADE, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO ESPECIAL**EDUCAÇÃO DE SURDOS: análise das práticas educacionais em escolas públicas da cidade de Goiânia – Goiás**

Edna Misseno Pires

Resumo

A inclusão de alunos com deficiências tem promovido muitas reflexões, sobretudo referentes às práticas para atender estes alunos dentro de escolas inclusivas. No que se refere à educação dos surdos a abordagem bilíngue que utiliza a língua de sinais como primeira língua e a língua oral na modalidade escrita como segunda língua têm sido alvos de estudos. O bilinguismo tem sido usado em alguns países como abordagem educacional desde 1980 e se intensificada com criação de leis e políticas públicas, bem como projetos para a efetivação desta proposta educacional. Surge a seguinte problemática: Quais as práticas educacionais que tem sido usada para a educação dos surdos utilizadas em escolas públicas da cidade de Goiânia e quais as tendências do bilinguismo para o Estado de Goiás?

Palavras chaves: Língua de sinais. Inclusão. Bilinguismo. Surdez.

Introdução

Atualmente o discurso da inclusão prevê mudanças em toda sociedade. A diversidade humana é o eixo norteador dos avanços observado ao longo da história e propõe os desafios para atender as particularidades da cada um.

Atualmente a sociedade globalizada exige mudanças para atender todos sem exceção que fazem parte desta comunidade. O homem sempre no decorrer da história sentiu a necessidade de comunicação, pois é dela que imerge as ideias e o progresso da humanidade.

As mudanças são exigidas por leis e políticas públicas que garantem o acesso e de pessoas com necessidades especiais em todos os âmbitos da sociedade, principalmente no âmbito educacional e para atender as peculiaridades destas pessoas surge o desafio de profissionais habilitados.

Essas mudanças já são exigidas por leis e políticas públicas que garantem o acesso e a permanência de pessoas com necessidades especiais em ambiente regular de ensino. A Constituição

Federal Brasileira de 1988 garantiu o acesso das pessoas com necessidades especiais priorizando o atendimento especializado:

Art. 205 - Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 227, § 1º, II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial e mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

A história das pessoas com deficiência perpassa pela exclusão característica da antiguidade em que tiravam até mesmo o direito à vida. Na Antiga Roma e Esparta as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência eram exterminadas, as pessoas com deficiência não eram consideradas seres humanos, os surdos, por exemplo, por não ouvir consideravam que não podiam pensar e muitas vezes a deficiência era vista como castigo.

A fase da segregação se configura na Idade média, quando estas pessoas eram mantidas em asilos ou instituições segregadas sem cunho educacional. Conforme Sasaki (1997, p. 1) Algumas culturas adotavam a prática de internar as pessoas com deficiência junto com doentes e idosos e essas instituições serviam apenas como abrigo para as pessoas surdas por não ouvir eram consideradas incapazes.

Na sociedade atual há uma mescla de integração, ou seja, as pessoas com deficiência buscam estratégias para serem inseridas na sociedade, mas os princípios da inclusão exigem modificações de forma coletiva. Sasaki (1997) explica que a integração tem inserido as pessoas com deficiência na sociedade desde que ele esteja preparado ou capacitado para vencer barreiras. A inclusão ainda é definida pelo autor como um “processo bilateral” onde a sociedade e as pessoas a serem incluídas buscam juntas estratégias e mudanças para efetivar plenamente a inclusão.

Observa-se que no percorrer da história estas pessoas sempre foram vistos como coitados, desacreditados e incapazes de se socializar. Embora o discurso da inclusão apresenta-se como um projeto já consolidado a realidade apontam ainda para grandes mudanças.

As mudanças são previstas e asseguradas por leis e políticas públicas das quais se destaca a lei 10.098 de 19 de Dezembro de 2000:

- I- Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliário e equipamentos urbanos,

- das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- II- Barreiras: qualquer entrave ou obstáculos que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação das pessoas classificadas em:
- A) Barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existências nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- (....)
- d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculos que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa.

As pessoas com deficiências necessitam de suportes em diversos aspectos: físico, arquitetônico, instrumental e de comunicação. Acessibilidade prevê uma série de adequações entre elas a de atitudes e de conceitos. De acordo com Aranha (2001,p.38) O “Estado” é responsável pelo bem estar do cidadão.

O propósito era fornecer ao aluno subsídios por meio de adaptações de currículos, da metodologia e recursos materiais. Conforme especificados nos seguintes artigos da LDB 9394/96:

Art.58 – Educação especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais

§ 1º - Haverá quando necessários serviços de apoio especializados na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

Art.59 – Adaptações de currículos, métodos e técnicas, recursos didáticos e organizações específicas para atender as suas necessidades.

As mudanças propostas pela LDB exigem alterações arquitetônicas e pedagógicas que permitem o acesso e permanência do aluno com necessidades especiais em ambiente escolar, assim, é essencial que o profissional receba conhecimento acerca das características desse aluno para que as mudanças propostas possam atender às diversidades presentes na escola e sejam, de fato, efetivadas.

No Brasil, atendendo ao sistema neoliberalista visando os interesses do mercado as tentativas de promover as adequações expõem ainda mais as desigualdades gerando o paradigma da inclusão e exclusão. Portanto, é um grande desafio cumprir as exigências resguardando a cidadania.

Para incluir a pessoa surda é necessário observar o aspecto da comunicação. Desde a antiguidade as pessoas surdas buscam meios de se fazer entender em uma sociedade predominantemente de língua oral, para conseguir fazer parte desta sociedade e resgatar a sua cidadania a comunidade surda criou a língua de sinais que surgiu espontaneamente pelo contato e as relações humanas.

Na década de 80 no Brasil surge uma terceira abordagem na educação dos surdos é o

“*Bilinguismo*”, compreendendo que o surdo vive em contexto bicultural ou seja, a dos ouvintes e o contexto do grupo de surdos., propondo que deve dominar as duas línguas: oral e gestual. Segundo Sá, “a década de 80 foi muito importante para a educação dos surdos no Brasil. A abordagem educacional bilíngue tem sido, desde então, um tema de grande interesse” (SÁ, 1999, p.139). O bilinguismo é uma proposta de ensino que utiliza a Língua de Sinais como primeira língua (L1) e a língua da comunidade ouvinte local como segunda língua (L2).

A língua de sinais para a comunidade surda constitui-se como forma de trocar informações, interagir com o mundo. As língua de sinais embora utilizadas no mundo todo não é universal, cada país desenvolveu as sua língua de sinais própria com gramática e estrutura composta por significados e significantes que são articulados especialmente com estrutura fonológicas (quirológico), morfológica; sintático e semântico, que expressam o significado que muitas vezes de forma icônica desta forma, cada língua de sinais tem a sua forma de representar os objetos, seres e fatos.

As línguas de sinais são línguas naturais porque, como as línguas orais, surgiram espontaneamente da interação entre as pessoas (...) Enfim, permitem a expressão de qualquer significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano. (BRITO apud BRASIL, 1997, p.19).

Atualmente diversos países tem utilizado o bilinguismo como proposta pedagógica para permitir a efetivação da inclusão não só na escola mas também em toda a sociedade. Atender os surdos dentro desta abordagem exige profissionais bilíngues, ou seja, aqueles que conhecem a língua a cultura desta comunidade. O grande desafio hoje é respeitar as duas línguas sem priorizar uma ou outra.

A abordagem *bilíngue* tem sido alvo de estudos, interesses e também de polêmicas. Baseado no pressuposto de que a língua de sinais é uma língua natural, nativa e materna, aceitando também, a condição de biculturalismo desses sujeitos.

Hoje há um número cada vez maior de pessoas surdas que têm acesso aos diferentes ambientes da sociedade. Ao analisar a trajetória histórica dos surdos percebe-se que as diferentes formas de tratamentos destinados a este grupo, e, é necessário conhecer melhor os processos que sustentam as desigualdades. Compreender este processo ajuda a compreender o quadro traçado de exclusão social e, a partir dessa história, entender as dificuldades que os surdos possuem para alcançar o sucesso.

O poder político e econômico não pode ser dissociado da diversidade cultural, essas diferenças por sua vez, exigem práticas que muitas vezes não podem ser atendidas, por uma série de

motivos burocráticos que dependem de “poder” para serem solucionadas.

A sociedade se faz impar pelas diferenças nos hábitos, costumes e nas próprias identidades. Porém, a própria diferença contribui para a formação de grupos, fragmentando a sociedade e consequentemente permitindo um olhar diferenciado e muitas vezes preconceituoso para com estes grupos. Hoje, ao analisar o movimento pela inclusão entende-se que ele surgiu de transformações sociais ocorridas ao longo da história, porém, a proposta inclusiva vai de encontro com os padrões estabelecidos pela sociedade e é por isso que existe a dialética “exclusão/inclusão”.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois os qualitativos consideram a sociedade como uma construção social do qual o observador participa. De modo que os fenômenos só podem ser compreendidos dentro de uma perspectiva holística. O objeto e o ser se interagem e influenciam o processo investigativo(LAZARFELF, 1969, p.169) e quantitativa, pois será catalogados dados quanto ao número de alunos surdos matriculados nas escolas investigadas os dados serão exposto para conhecer as práticas do bilinguismo no Estado de Goiás, para tanto contará com uma pesquisa também de cunho bibliográfico baseado em autores como: Sasaki (1997), Quadros (2004) Brito (1998) Sá (1999) e análise de documentos, leis e políticas públicas referentes a inclusão. A pesquisa campo será realizada 4 professores em 3 instituições sendo educacionais da rede Estadual de ensino. A pesquisa campo será realizada por meio de observações das práticas da explanação dos dados no primeiro semestre de 2017 de acordo com o cronograma abaixo.

Cronograma da pesquisa

| | |
|---|---------------------|
| Coletas de dados | 1º semestre de 2016 |
| Análise dos dados e descrição dos dados | 2º semestre de 2016 |
| Resultados da pesquisa | 1º semestre de 2017 |

A pesquisa tem previsão de coletas e análise de dados até dezembro de 2016 e finalização até julho de 2017.

Análise dos dados

Escolas investigadas

- Escola Estadual A: a sala do 2º ano possui uma aluna surda
- Escola Estadual B: a sala do 4º ano possui 2 alunos surdos e um intérprete
- Escola Estadual C :A sala do 3º ano possui 2 alunos surdos e a sala do 5º ano possui 4 alunos
- As séries investigadas de 2º - 5º ano do ensino fundamental

As observações foram realizadas durante o primeiro semestre de 2016 e descrição dos dados no segundo semestre de 2016 com a finalização da análise de dados no primeiro semestre de 2017

Nas escolas A e B foi observado uma professora em cada uma destas instituições sendo do 2º e do 4º ano do ensino fundamental e por não possuírem conhecimento de Libras as professoras utilizam o intérprete com auxílio para a comunicação

Na escola C foi observado alunos de 3º e 5º ano do ensino fundamental e as duas professoras observadas não utilizam o intérprete de libras porque são professoras bilíngues.

Escola A: Professora do 2º ano do ensino fundamental possui uma surda e uma intérprete e foi observado que durante as aulas a professora utiliza livros e textos e músicas, porém não faz adaptações visuais para facilitar a compreensão do aluno surdo. A avaliação possui questões objetivas e subjetivas. O aluno surdo necessita da ajuda do intérprete para escrever as questões dissertativas. A professora se esforça em incluir o aluno surdo, porém sente dificuldades em como proceder e sempre recorre ao intérprete como apoio.

Na escola B: A sala observada do 4º ano do ensino fundamental possui 2 alunos surdos e uma intérprete. A professora utiliza textos e poemas em suas aulas, realiza leitura destes textos e depois faz explanação sobre o tema e solicita aos alunos para escrever palavras com “C” mas que tem som “S” e escrever frases. Os textos utilizados pela professora algumas vezes possuem imagens para facilitar a compreensão.

Na escola C: Na sala de 5º ano possui 4 alunos surdos e na sala do 3º ano possui 2 alunos surdos e as duas professoras observadas são bilíngues. A professora do 5º ano trabalha com materiais concretos, colagem, montagem, imagens, vídeos interpretados em Libras, jogos interativos, oficinas de bonecos de pano, músicas sinalizadas, construção de maquetes e reciclagem de vidros. As aulas são ministradas em língua de sinais. A professora do 3º ano também é bilíngue e utiliza imagens, colagem e jogos interativos para a compreensão do conteúdo e ministra as aulas em língua de sinais.

Durante as observações a professora fez também atividades extraclasse para explorar a percepção visual dos alunos. Outra estratégia de ensino utilizadas são os vídeos, mapas e atividades com desenhos, montagem de cartazes e vídeos com piadas em libras e uso de fotografia.

Considerações finais

Observa-se que os professores que desconhecem a Libras e as características do sujeito surdo possuem dificuldades de compreender a importância de utilizar recursos visuais e atividades práticas como estratégias de ensino. O foco está no ensino da Língua portuguesa com uso de textos e livro. Acreditam que somente a figura do intérprete na sala de aula configura a inclusão

Na escola em que as professoras conhecem a língua de sinais e as características do sujeito surdo são observáveis que há uso da língua de sinais como língua de instrução e na didática de ensino utiliza-se vídeos, imagens, atividades com dinâmicas e aulas extraclasse explorando ao máximo a percepção visual das pessoas surdas. As avaliações que há o uso de respostas dissertativas as correções são diferenciadas considerando as diferenças entre a língua portuguesa e a língua de sinais. A abordagem bilíngue passou a fazer parte do discurso educacional na década de 1980 e propõe o uso da língua de sinais como instrução. Nesta abordagem a língua oral se torna necessária na modalidade escrita e a oralização torna-se opcional para as pessoas surdas.

A língua de sinais utilizada no contexto escolar torna-se um canal de inclusão do aluno surda uma vez que o mesmo esteja amparado por profissionais bilíngues, sobretudo o professor bilíngue. Além do conhecimento da língua faz-se necessário conhecer o sujeito surdo seu contexto e suas particularidades para que haja adequações curriculares com facilitam a inclusão e a participação deste aluno no ambiente escolar. A inclusão do aluno surdo envolve não só conhecer a sua língua mas também a sua história, seu contexto e as suas singularidades. O professor mesmo com a presença do intérprete de Libras é o responsável pelo o processo de ensino e aprendizado deste aluno. Trabalhar com alunos surdos envolve buscar adaptações e estratégias de ensino que explore também a percepção visual.

Considera-se que as escolas públicas de Goiânia ainda necessitam de preparação no que se refere a prática de abordagem bilíngue para a educação de surdos o desconhecimento da língua de sinais e o o desconhecimento de estratégias pedagógicas por parte dos professores dificulta as tomadas as práticas para a educação dos surdos.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio. *Paradigmas da sociedade com as pessoas com deficiência*. In Revista Ministério Público do trabalho Ano XI, nº 21, Março, 2001.

BRASIL/MEC. *Deficiência Auditiva*, org. Guisepppe Renaldi/ Lucinda Ferreira Brito- Brasília: SEESP, 1998.

BRASIL. *Coordenadoria Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência. Acessibilidades* – Brasília: Secretaria Especial dos direitos humanos, 2005.

_____ *LEI no 10.098*, publicado no D.O.U. em de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____ *LEI no 10.436*, publicado no D.O.U. em 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

_____ *Lei nº 12319*, publicada no D.O.U em 01 de setembro de 2010 – dispõe sobre a regulamentação do profissional tradutor/intérprete de LIBRAS

_____ *Decreto nº 5.626*, publicado no D.O. U. em 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

87

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo. Moderna. 1998 Moderna, 1998.

GÓES, Maria. Cecília. Rafael. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Autores Associados, 1996.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home>.

LAZARFELD, Paulo “*An episode in history of social research: a memoirs*”, In D. Fleming e B. Balyn eds, *the intellectual migration: Europe and north américa 1930-1960*.Cambridge e Harvard University Press, 1969.

PORTO, Olívia. *Base psicopedagogia: Diagnóstico e interpretação nos problemas de aprendizagem*. Rio de Janeiro: Waked, 2005.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. *Cultura, poder e educação dos surdos*. São Paulo: Paulinas: 1999

SASSAKI, Romeu Kazumi: *Inclusão: Constituindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAWAIA, Bader (Org). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis; Vozes, 1999.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Ed. UFSC – Florianópolis, 2008.